

Quinta-Feira, 08 de Outubro de 2026

Deputados retomam votações no Plenário e mantêm veto sobre reajuste no Tribunal de Justiça

Assembleia rejeita aumento salarial de 6,8% para servidores do Judiciário com votação aberta

Os trabalhos legislativos retornaram ao plenário com a apreciação do Veto 116/2025, dirigido ao Projeto de Lei (PL) 1398/2025, que previa concessão de reajuste salarial aos servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A votação registrou 12 votos contrários, seis a favor e seis ausências, consolidando a manutenção do veto e impedindo o aumento de 6,8% nos salários dos integrantes do Poder Judiciário estadual.



Tratava-se da segunda deliberação sobre a questão do Poder Executivo, desta vez com votação aberta conforme exigência judicial. Na ocasião anterior, em dezembro, o procedimento havia sido realizado sob sigilo.

O parlamentar Faissal Calil, vinculado ao PL, posicionou-se a favor da derrubada do veto, ressaltando a qualidade das ações do Poder Judiciário estadual e enfatizando a importância da autonomia orçamentária entre os poderes constituídos.

Conforme análise de Valdir Barranco, do Partido dos Trabalhadores, a adoção da votação nominal pode acarretar consequências desfavoráveis às pautas relacionadas aos grupos minoritários, uma vez que a coligação governista se vê impossibilitada de divergir das orientações do Executivo.

Paralelamente ao veto, a casa legislativa referendou 28 projetos constantes da Ordem do Dia. Previamente à votação, diversos deputados utilizaram o espaço da tribuna para dissertar acerca dos resultados das urnas de 04 de outubro, momento em que 18 dos 24 representantes estaduais conquistaram a reeleição.

Confira a matéria na íntegra no áudio disponibilizado a seguir.